



## RELEVÂNCIA E AMBIVALENCIAS DA ARQUITETURA E DO URBANISMO NO REGIME MILITAR (1964-1985)

<http://dx.doi.org/10.25091/S01013300202400030008>

VICTOR PRÓSPERO\*

### RESUMO

Este artigo apresenta alguns aspectos da participação dos profissionais da arquitetura e do urbanismo na construção de infraestruturas públicas e privadas e no planejamento urbano e regional sob o regime militar (1964-1985), bem como de seu papel ativo nas transformações do ambiente construído em todo o Brasil naquele período. Apresenta também as contradições da construção da memória social e da historiografia da ditadura naquele campo profissional, refletindo sobre suas omissões e interpretações. Este breve panorama é apresentado com base em pesquisa documental e em diálogo com a bibliografia especializada e o campo da história política.

**PALAVRAS-CHAVE:** *ditadura militar; arquitetura e urbanismo; arquitetura moderna; planejamento regional; planejamento territorial*

### Relevance and Ambivalence of Architecture and Urbanism in the Military Regime (1964-1985)

#### ABSTRACT

This article reflects on the participation of architecture and urbanism professionals in the building of private and public infrastructure and urban and regional planning in the military regime (1964-1985) and their active role in the transformations on the built environment throughout Brazil at the period. Contradictions in the built collective memory and in historiography are also presented, in order to reflect on their omissions and interpretations regarding that regime. This brief overview is presented on the basis of archival research and in dialogue with specialized bibliography and the field of political history.

**KEYWORDS:** *military dictatorship; architecture and urbanism; modern architecture; regional planning; territorial planning*

[\*] Universidade de Princeton, Nova Jersey, Estados Unidos. E-mail: victorprospero@gmail.com

[1] O artigo se refere à participação desse campo profissional no funcionamento do regime em escala nacional, mas é necessário mencionar de início as limitações implicadas no texto, que parte de uma pesquisa com foco sobretudo no campo profissional de São Paulo. Esse campo localizado, no entanto, teve atuação representativa em grandes obras em

### INTRODUÇÃO

Alguns dos aspectos fundamentais da construção e do funcionamento do regime militar, entre 1964 e 1985, foram a integração territorial e o papel da construção civil no desenvolvimento econômico nacional.<sup>1</sup> Tais temas, à época, passavam necessariamente pela expertise técnica de arquitetos e urbanistas, que vinham se afirmando como campo profissional, tendo especial destaque no cenário nacional com a construção de Brasília. Ainda assim, são raros os trabalhos acadêmicos que se aprofundaram no papel dessa categoria na

construção do regime militar, seja no âmbito da produção cultural, seja pelo papel simbólico de seus projetos para a ditadura, seja por suas propostas políticas no debate do planejamento, da habitação e da indústria.<sup>2</sup>

Por outro lado, a historiografia especializada no campo da arquitetura ainda está por realizar leituras mais distanciadas da memória social construída pelos próprios arquitetos que atuaram sob o regime militar, tratando-o muitas vezes como um momento de interdição de sua atuação.<sup>3</sup> Tal narrativa merece ser nuançada, visto especialmente o enorme crescimento de encomendas e contratos nesse campo à época.<sup>4</sup> Pretendemos, aqui, chamar a atenção para algumas características e momentos-chave do período, quando a arquitetura e o urbanismo estiveram intimamente ligados às tramas políticas e à própria reprodução do regime, deixando traços marcantes no ambiente construído brasileiro.

Analisaremos, para isso, tanto as formas de intervenção do campo arquitetônico na construção do regime quanto os impactos da ditadura na categoria, temas que passam pela política habitacional e urbana, pelos planos de integração territorial, pelas empresas de engenharia, pelos grandes projetos hidrelétricos e de desenvolvimento regional, pelos projetos de infraestrutura metropolitana e renovação urbana. Além disso, é fundamental recordar o caráter ambivalente da atuação de muitos profissionais desse campo, considerando o peso da repressão que atingia especialmente aqueles ligados a universidades, partidos e/ou movimentos de oposição ao regime. Dividiremos, portanto, o artigo em cinco seções dedicadas a alguns dos temas mencionados acima, bem como à questão da construção da memória social do regime pelo campo da arquitetura. Os temas abordados serão apresentados em diálogo com a bibliografia especializada e situados sinteticamente em relação à historiografia política sobre o período. Cada ponto específico aqui apontado mereceria desdobramentos em outros artigos para aprofundar a reflexão realizada a partir da pesquisa documental. Sua apresentação em conjunto é um primeiro passo fundamental, sobretudo em relação ao debate historiográfico.

#### QUESTÕES HABITACIONAIS E URBANAS NO CERNE DA DISPUTA POLÍTICA

Especialmente durante o chamado “milagre econômico” (1967-1973), o setor da construção civil teve protagonismo digno de nota no país e, como bem mostrou o historiador Pedro Campos (2011), um dos motivos do próprio caráter político e repressivo do regime foi a garantia de poder e consumação do projeto econômico de certos setores do empresariado nacional, sobretudo das empreiteiras. Empresários do ramo não só estiveram presentes na construção do golpe,

tudo o território nacional, algo que por si só já representa um conflito digno de nota sobre a crescente hegemonia econômica da região e o tipo de intervenções e empreendimentos que foram promovidos pela ditadura em regiões como a Amazônia, que vieram a ser desenhadas por profissionais de empresas no Sudeste do país. Outro ponto que merece ser esclarecido é a escolha de termos como “regime militar”, “ditadura militar” e “golpe civil-militar”. Tendo em vista a natureza do artigo e o curto espaço para desenvolver as ideias aqui apresentadas, atenho-me a referenciar a escolha desses termos, em face do amplo debate que suscitam, à saída apresentada pelo historiador Marcos Napolitano em seu livro *1964: história do regime militar brasileiro* (2018). É necessário mencionar, também, que o presente artigo é desdobramento de pesquisa de doutorado realizada com financiamento Fapesp (2019-06451).

[2] Alguns temas já foram mais amplamente abordados pela bibliografia, como a política habitacional do BNH — que comentaremos aqui — e o campo do planejamento urbano e regional, com destaque para debates recentes (Leme, 2019) e iniciativas como o colóquio “O planejamento territorial no Brasil na década de 1970”, organizado pelo PPGAU/UnB em março de 2023. Este escopo mais amplo, para além da arquitetura, foi objeto da exposição e simpósio “Paisagem e poder: construções do Brasil na ditadura”, ambos no Centro MariAntonia, em 2024, organizados por grupo curatorial do qual fiz parte junto a Paula Dedecca, Magaly Pulhez, João Fiammenghi e José Lira, e a quem devo agradecimento pela interlocução em parte das reflexões aqui elaboradas. Entretanto, é a atuação de arquitetos no regime e, mais ainda, seus projetos de infraestrutura e outros que parecem implicar uma maior lacuna, sobretudo quando envolvem contradições políticas e memórias sobre a interação entre arquitetura e política. Alguns dos trabalhos que abordaram questões relativas a esse debate serão mencionados ao longo do texto.

[3] No caso da história da arquitetura em São Paulo, por exemplo, trabalhos importantes, como os de Guilherme Wisnik (2021) e Pedro Arantes (2004), constroem leituras



potentes sobre a produção de arquitetos na época, mas acabam por reverter algumas das memórias por eles construídas — como a ideia de que a geração de Paulo Mendes da Rocha foi formada para construir cidades e acabou projetando casas introspectivas no contexto da ditadura, o que implicou uma “urbanização da vida privada” (Wisnik, 2021) — ou reforçar, de certa forma, a noção de colaboração com o regime ao ler as apostas de arquitetos como Vilanova Artigas em face do desenvolvimento das forças produtivas (Arantes, 2004).

[4] É importante ressaltar que trabalhos panorâmicos de fôlego sobre a produção arquitetônica no Brasil, como os de Hugo Segawa (1998), Maria Alice Bastos e Ruth Zein (2010) ou Mônica Camargo (2009), destacaram a grande produtividade do campo arquitetônico no período. Esses trabalhos seminais, no entanto, não têm como proposta de pesquisa um aprofundamento maior na relação entre arquitetura e política, ou nas formas como a arquitetura fez parte do próprio funcionamento do regime.

via Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), como permaneceram fortes por intermédio do Instituto de Engenharia, políticos ligados ao setor (como Mário Andreazza) e articuladores (como o empresário Henry Maksoud) (Pulhez, 2014).

Já arquitetos e urbanistas, apesar de diretamente beneficiados por tal protagonismo da construção civil, vinham de outro tipo de relação construída entre entidades representativas e poder político. O Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), fundado em 1921, contou, a partir dos anos 1950, com uma presença marcante de profissionais progressistas ou radicais — no sentido dado por Antonio Candido (1990) — e membros influentes do Partido Comunista do Brasil (PCB). O instituto teve papel fundamental na defesa da autonomia da profissão em relação à engenharia e na definição clara de suas atribuições (Dedecca, 2018). Em 1957, o concurso de projetos para Brasília deu destaque à categoria e a construção da nova capital coroou um processo histórico que, desde o Estado Novo, alçara os arquitetos ao papel de “desenhadores de símbolos do Estado” no processo de modernização (Gorelik, 2005). Nos anos seguintes à inauguração de Brasília, o campo da arquitetura acompanhou e pauteou aspectos relevantes das Reformas de Base propostas pelo governo João Goulart, especialmente na elaboração de propostas para a Reforma Urbana. Esse tema colocava a arquitetura no debate legislativo e na formulação de políticas, para além do desenho de edifícios ou cidades novas. Os temas apresentados foram: criação de um sistema financeiro para a produção habitacional, institucionalização do planejamento urbano em escala nacional, planejamento econômico para concatenar produção industrial e demandas habitacionais, reestruturação fundiária urbana e outros (Bonduki; Koury, 2010).

Algumas das propostas formuladas pelos arquitetos, especialmente aquelas que foram apresentadas no Seminário de Habitação e Reforma Urbana, em 1963, acabaram dando base à própria formulação da política urbana e habitacional do regime militar; no entanto, elas foram esvaziadas de seu caráter reformista e, sobretudo, de seus impactos mais estruturais. Assim como a reforma agrária, a questão habitacional era uma das principais preocupações do campo conservador em meio às tensões e articulações que antecederam o golpe de 1964. A direita organizada, sobretudo no IPES e no IBAD, buscava consolidar o quanto antes uma ação direcionada para fazer frente aos pontos centrais da agenda de Reformas de Base e desarticular o discurso das esquerdas, bem como seus principais trunfos para ganhar de apoio popular (Lucchese; Rossetto, 2018). Entre esses pontos, a correspondência entre membros do IPES deixa claro: “preparar com a maior rapidez possível os projetos de reformas de base que

esquerdistas, petebistas e demagogos consideraram vitais para nosso país. Tais projetos são: [...] Reforma Urbana, restringindo-se principalmente ao problema da moradia própria”.<sup>5</sup> A movimentação buscava neutralizar o impulso reformista em torno da habitação e mudar o foco para o acesso à “casa própria”, dinamizando especialmente o setor produtivo associado a essa demanda.

Em 1964, a lei 4.380 criava o Sistema Financeiro de Habitação e centralizava as ações no Banco Nacional de Habitação (BNH), atrelando parte das ideias ao Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) e ao novo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) — graças ao controle dos sindicatos, que de modo geral se opuseram à Reforma Administrativa que o criou. Diferentemente do que propunham os arquitetos, o BNH passou a estruturar o financiamento habitacional, sobretudo com foco no impulsionamento do setor da construção civil, no atendimento às classes médias urbanas e na construção de grandes conjuntos habitacionais em regiões periféricas ainda não urbanizadas. Os pressupostos de planejamento econômico para a industrialização da construção ou de revisão da estrutura fundiária urbana foram deixados de lado. O ministro Roberto Campos, em 1966, ao falar sobre o recém-criado BNH, disse que a habitação devia ser compreendida como fator central de estabilização social: “O proprietário da casa própria pensa duas vezes antes de se meter em arruaças ou depredar propriedades alheias e torna-se um aliado da ordem” (Azevedo; Andrade, 1982, p. 20), algo que torna evidente o interesse estratégico do tema na disputa política mas também em diálogo direto com o fundo ideológico do regime baseado na “segurança nacional”. Além disso, em 1971, o próprio presidente do BNH, Mário Trindade, deixou claro que, naquele momento do desenvolvimento brasileiro, tratava-se não de resolver o problema da habitação de fato, mas de dinamizar o setor da construção civil, com mais encomendas e geração de empregos, algo que ele mesmo associava ao aumento de trabalho também para firmas de engenharia e arquitetura (Azevedo; Andrade, 1982, p. 42).

Desde o primeiro momento da publicação da lei do BNH, o IAB colocou-se à disposição do novo presidente, general Castello Branco, e elaborou documentos com sugestões de veto, que foram ignoradas (Serran, 1976). Não obstante, o IAB acabou colaborando diversas vezes com a autarquia, sem deixar de fazer críticas pontuais, sobretudo depois de meados dos anos 1970 (Leite, 2020).

Uma vasta bibliografia especializada discute, desde os anos 1980, as contradições e os limites do BNH. Autores fundamentais, nessa discussão, foram Gabriel Bolaffi (1977), Ermínia Maricato (1987), Sérgio de Azevedo e Luís de Andrade (1985). Mais recentemente, novas pesquisas aprofundaram o debate a respeito do processo econômico e do

[5] Trecho de carta de Jorge Oscar de Mello Flores a Glycon de Paiva (Dreifuss, 1987).

[6] Para a ideia de “cultura política”, seguimos a noção trabalhada por Serge Berstein (2009).

caminho tomado pela política urbana brasileira (Royer, 2009; Fix, 2011) ou mesmo pelos projetos da Companhia de Habitação Popular (Cohab) (Negrelos, 2019). São mais raros, no entanto, os trabalhos que tenham se debruçado sobre os impactos do sistema financeiro de habitação nos setores urbanos de classe média e do mercado crescente de incorporação, que foi institucionalizado com a lei 4.591, de 1964, que dispunha sobre condomínios e incorporações imobiliárias (Vilariño, 2000; Somekh, 1987; Imbronito, 2003). Muitos arquitetos ligados de alguma forma à cultura política<sup>6</sup> comunista e desenvolvimentista do período — ou seja, que carregaram politicamente procedimentos técnicos e estéticos de sua arquitetura com alguma menção às expectativas emancipatórias de um projeto de sociedade a princípio interrompido — atuaram largamente nesse ramo do mercado, povoando as cidades com edifícios de concreto armado aparente, especialmente em capitais onde havia maior poder aquisitivo. Assim, o concreto se firmou de forma maciça na paisagem.

#### **ARQUITETOS NA CONSTRUÇÃO DO “BRASIL GRANDE”**

Se, por um lado, as expectativas de transformações sociais mais profundas nutridas pelos arquitetos no início dos anos 1960 foram interditadas pelo golpe civil-militar, por outro, o novo desenho institucional da política urbana e habitacional do regime acabou por ter enorme impacto no setor da construção civil e, logo, impulsionar radicalmente o número de encomendas de projetos de arquitetura e urbanismo. Tanto a produção de grandes conjuntos habitacionais quanto a vasta produção imobiliária para as classes médias urbanas contaram com a participação de arquitetos, mas tenderam, ao longo do processo, a reproduzir projetos que demandavam cada vez menos atividade projetual e restringiam à adequação do padrão a diferentes lugares. As encomendas de maior impacto no campo da arquitetura, naquela passagem para os anos 1970, foram os grandes projetos de infraestrutura e os planos diretores municipais. Esse perfil de demanda teve impacto também sobre a própria organização profissional e implicou certo esgotamento do modelo de escritórios autônomos de arquitetos liberais para dar lugar à atuação de profissionais assalariados em consultorias, em grandes empresas de projetos de engenharia e no setor público, processo que culminou na fundação do Sindicato de Arquitetos em 1970 (Durand, 1972).

Como bem mostrou Sarah Feldman (2019), uma das transformações institucionais fundamentais naquele momento foi a criação do Serviço Federal para Habitação e Urbanismo (Serfhu). Criado junto com o BNH e regulamentado em 1966, o órgão definiu parâmetros e incentivos para que municípios desenvolvessem seus planos diretores

de desenvolvimento integrado. Embora tenha tido um papel limitado nos impactos efetivos sobre a urbanização, sua criação significou um avanço na institucionalização do planejamento urbano no país e também uma escolha pelo caminho da terceirização dos planos, potencializando o crescimento de um setor especializado na prestação de consultoria a municípios em todo o país. Esse caminho foi tomado não sem a participação de arquitetos — e com protagonismo de Harry Cole, profissional que circulou pelo IAB-Guanabara antes do golpe civil-militar e foi quadro fundamental do regime na formulação de tais políticas em nível federal (Feldman, 2019).

O salto vertiginoso na demanda fez com que grandes empresas de engenharia criassem departamentos de urbanismo liderados por arquitetos, que depois criaram departamentos de arquitetura e foram responsáveis pela coordenação de equipes multidisciplinares e pela compatibilização de disciplinas e sistemas de alta complexidade em projetos de aeroportos, metrô, usinas e outros. O caráter generalista e abrangente da formação do arquiteto interessava cada vez mais às empresas de engenharia, que buscavam compatibilizar sob uma visão geral e acabada a variedade de especialidades e processos combinados, cada vez mais racionalizados. As empresas buscavam contratos de planos diretores, porque estes levavam a encomendas subsequentes de pontes, estradas, saneamento e outros. A partir de 1969, o próprio BNH passou a financiar obras de saneamento e infraestrutura, de modo que o sistema financeiro impactava agora toda a cadeia que alimentava o setor da construção civil (Lucchese; Rossetto, 2018).

São exemplos emblemáticos de “engenharia consultiva” empresas como Hidroservice, Promon, Themag, Montreal e IESA. Algumas eram originalmente empreiteiras, outros escritórios técnicos ligados a grandes obras de infraestrutura, especialmente em ramos de alta complexidade, como o energético e o petroquímico. Num contexto de grandes investimentos, essas empresas tinham demanda constante e se expandiram aceleradamente entre as décadas de 1960 e 1970. A Hidroservice foi talvez a mais bem-sucedida, com encomendas variadas e um grande número de contratos com o poder público. Seu proprietário e dirigente, Henry Maksoud, tinha boa circulação na política. Ironicamente, em 1974 ele comprou a revista *Visão* e mudou sua linha editorial, adotando uma abordagem marcadamente antiestatal (Pulhez, 2014).

O arquiteto João Rodolfo Stroeter, que foi coordenador do Departamento de Arquitetura da Hidroservice na primeira metade dos anos 1970, foi responsável por projetos como o aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro, e a barragem de Sobradinho, na Bahia.<sup>7</sup> A Hidroservice ainda fez os projetos do Elevado Presidente João

[7] Desenhos do plano da barragem, feitos pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF) e pela Hidroservice estão disponíveis no acervo digital do Museu da Energia. Disponível em: <<https://memoriadaeletricidade.com.br/acervo>>. Acesso em: 26/11/2024.

Goulart (vulgo Minhocão), em São Paulo, e da linha Leste-Oeste do metrô, também em São Paulo, enquanto a Promon e a Montreal ficaram responsáveis pela linha Norte-Sul, projeto no qual se destacou o arquiteto Marcello Fragelli. Alguns projetos de grande porte eram divididos entre várias empresas, como o da Usina de Itaipu — do qual participaram Hidroservice, Themag, Engevix e Serete Engenharia, além do escritório de arquitetura do paranaense Rubens Meister, que projetou uma série de obras de apoio — ou o Plano Urbanístico Básico de São Paulo (1968), que juntou as consultorias Asplan e Montreal.<sup>8</sup>

[8] Documento PUB-SP1990, 1968, Arquivo do Instituto de Arquitetos do Brasil, Departamento São Paulo.

#### **TERRITÓRIO, PAISAGEM E INTEGRAÇÃO NACIONAL**

Assim como a Chesf, a Comissão Interestadual da Bacia do Paraná-Uruguaí (CIBPU) e a Companhia Energética de São Paulo (Cesp) contratavam empresas de engenharia para dar andamento aos planos e projetos iniciados por elas. Apesar disso, a Cesp — que foi criada em 1966 — constituiu-se como uma grande empresa e teve um departamento de arquitetura muito forte, o que se faz ver na enorme quantidade de projetos desenvolvidos por ela, tanto de barragens e usinas quanto de obras de apoio, como vilas, cidades e equipamentos diversos. Esse ramo era atrativo para o campo da arquitetura e abriu um flanco de encomendas que iam desde o desenho de unidades habitacionais, escolas e hospitais até casas de força, subestações e centrais de controle de usinas. Trabalham para a empresa naquele período, como consultores externos, arquitetos como Ernest Mange, Júlio Katinsky e Ruy Ohtake, para não falar daqueles que faziam parte de seu quadro fixo, como Hélio Pasta e Hélio Penteado.

Arquitetos paisagistas também tiveram papel importante, sobretudo na segunda metade dos anos 1970, quando a consciência dos impactos ambientais daquelas intervenções ganhou peso. Profissionais como Roberto Burle Marx, Rosa Kliass, Waldemar Cordeiro, Fernando Chacel e Roberto Coelho Cardozo fizeram estudos de recomposição de flora, mitigação de impactos, estudos de erosão e outros, em diálogo com especialistas, como o geógrafo Aziz Ab'Saber.<sup>9</sup>

Para muitos arquitetos, os grandes projetos de barragens tinham ainda outro significado relevante: o planejamento regional e territorial. Os planos para as barragens demandavam uma abordagem de toda a bacia hidrográfica, considerada a espinha dorsal do desenvolvimento regional em seus diferentes aspectos (Chiquito, 2011; Vianna, 2012). O aproveitamento múltiplo das unidades geográficas guiava a atuação de um conjunto amplo e multidisciplinar de profissionais, com planos elaborados pela estatal responsável e desenvolvidos pelas empresas de engenharia.

[9] O acervo do arquiteto Ruy Ohtake guarda uma série desses cadernos de estudos em consórcio com empresas de engenharia ou contratados diretamente pela Cesp, mostrando a articulação entre o escritório de arquitetura, os profissionais do paisagismo e da geografia, e encomendas a tais empresas. O mesmo pode ser visto em materiais da arquiteta Rosa Kliass, encontrados na Seção de Materiais Iconográficos da Biblioteca da FAU/USP.



O aspecto atrativo desses projetos para muitos arquitetos — nutridos ainda pelo otimismo nacional-desenvolvimentista dos anos 1950 e 1960 — era a possibilidade de intervir mais diretamente no planejamento do desenvolvimento econômico e social dessas regiões, não só desenhando edificações, mas também elaborando planos — inócuos ou não — para reverter o impacto socioambiental já esperado, incorporando ao escopo do projeto a previsão de remanejamento de comunidades, a mitigação dos impactos culturais, o remanejamento de fauna e flora, a relocação de uso da água em determinada bacia hidrográfica e mesmo o caráter estratégico do projeto na integração territorial.<sup>10</sup>

A transposição do desenho da construção para planos que atingiam escalas continentais — como a conexão das bacias do Amazonas e do Paraná, planejada pela CIBPU — aparece recorrentemente, por exemplo, nos estudos do arquiteto Paulo Mendes da Rocha, que teve grande influência nesse campo profissional e cultural.<sup>11</sup> A geração de profissionais formada durante a construção de Brasília esperava atuar na construção de todo o país, relacionando sua prática e sua técnica às profundas transformações sociais que vinham pela frente. Se essas transformações não vieram conforme o esperado, a demanda de projetos de infraestrutura, planejamento e integração das regiões foi grande — e foi encampada pelo regime militar na forma de modernização conservadora.

Além dos aspectos econômicos que impulsionam tais investimentos em todo o país, fazendo girar um setor crucial para o “milagre brasileiro”, o regime tinha outra motivação para fomentar grandes empreendimentos energéticos embrenhados no território nacional: a Doutrina de Segurança Nacional. Tal doutrina foi determinante para a ditadura militar aprofundar a incursão pelo interior do país e ocupar os “vazios demográficos” com atividades econômicas, estabelecendo controle e proteção contra possíveis sublevações ou organização de guerrilhas (Viegas, 2020). A “segurança” era compreendida como um estado permanente e envolvia economia e conquista de “corações e mentes”, indo além da simples ideia de “defesa” (Arruda, 1980). Nesse sentido, os empreendimentos de infraestrutura encadeavam-se a demandas de ocupação, colonização de territórios, conexão de regiões e desenvolvimento econômico local, garantindo a segurança e a integração do território nacional em perspectiva ampla.<sup>12</sup>

A mineração, como o Projeto Grande Carajás, também teve impacto significativo naquele momento. Novas cidades — que não eram uma novidade do regime militar — surgiram sob o impulso dos grandes empreendimentos realizados no país. Assim como o setor energético, a extração mineral criou várias ocupações, temporá-

[10] O empreendimento de Itaipu é emblemático dos impactos causados por uma grande obra hidrelétrica feita sob a ditadura. Segundo Guiomar Germani (2003), a obra implicou a desterritorialização de aproximadamente 40 mil pessoas (com negociações forçadas que acarretaram a organização de movimentos sociais como Terra e Justiça e Movimento dos Atingidos por Barragens) e a inundação das Sete Quedas, maior cachoeira em volume de água do mundo.

[11] O estudo de conexão das bacias foi um dos projetos selecionados pela curadoria de Flávio Motta para ocupar o Pavilhão do Brasil em Osaka, compondo parte importante de um discurso que se confeccionava. Sobre o episódio, ver Juliana Braga Costa (2010).

[12] Além das diversas reportagens em revistas semanais como *Manchete e Veja*, que tinham um discurso ostensivo com esse viés sobre a Amazônia, são flagrantes também as propagandas da Sudam convidando o empresariado a ocupar a região com empreendimentos agropecuários e garimpo. Outro documento rico como evidência da confecção discursiva a esse respeito é o caderno da Operação Amazônia (1967), disponível on-line pelo Arquivo Público do Estado do Pará.

[13] Esses planos também disponíveis no acervo da Seção de Materiais Iconográficos da Biblioteca da FAU/USP.

rias ou não. Foi o caso das cidades de Marabá e Caraíba, ambas projetadas pelo arquiteto paulista Joaquim Guedes: formado no trabalho com a Sociedade Gráfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos Sociais (Sagmacs), ele atendeu a uma gama ampla de encomendas no setor do planejamento naquele período (Quintanilha, 2016).<sup>13</sup>

Os Planos de Integração Nacional também apostaram na malha rodoviária, algo que demonstrava o foco no modelo do automóvel individual que tomaria as cidades do país com impactos duradouros nos processos de urbanização e ainda fomentava o setor das “estradeiras” (Florence, 2021). Foram desenvolvidos, naquele período, o Plano Nacional Rodoviário (1964), o Plano Modular Nacional Integrado (1973) e a Operação Amazônia (1967), cujo intuito explícito era “colonizar” a região e deixar como marco simbólico as obras da Transamazônica, complementadas por planos de ocupação como o de Altamira (Tavares, 2012). Em 1970, estava estampada na placa de inauguração daquele trecho da nova estrada a frase: “Nestas margens do Xingu, em plena selva amazônica, o senhor Presidente da República dá início à construção da Transamazônica, numa arrancada histórica para conquista e colonização deste gigantesco mundo verde” (Gonçalves, 2016, p. 243).

É sintomático, e importante lembrar, que setores à esquerda dentro do campo da arquitetura compartilhavam em grande medida desse imaginário de “ocupação do território”. Em 1970, o Pavilhão do Brasil na Exposição Internacional de Osaka, projetado por Paulo Mendes da Rocha e sua equipe, mobilizou de modo singular elementos técnicos e formais que se referiam diretamente à relação entre técnica e natureza, à intervenção humana na transformação do ambiente, e ao mesmo tempo exibía características que estavam muito presentes nos projetos de infraestrutura do país. O projeto foi acompanhado de uma proposta expositiva na qual as referências textuais à integração do território como forma de conexão entre os povos reforçavam aspectos que estavam presentes de forma mais abstrata no desenho do pavilhão (Costa, 2010). O próprio objeto arquitetônico comportava uma ambivalência entre potência emancipatória de uma abordagem de progresso que se reivindicava “humanista” e reforço de traços da epistemologia modernizante impositiva do regime, em consonância com sua leitura de território, entre outros fatores.<sup>14</sup>

Vale lembrar que outras concepções de território vinham circulando no campo da arquitetura e do urbanismo naquele momento. Atuações como a de Carlos Nelson Ferreira dos Santos, que em 1969 trabalhou com a comunidade de Brás de Pina, no Rio de Janeiro, para pensar a reurbanização das favelas, marcaram um lento deslocamento das abordagens totalizantes para aquelas mais preocupadas com o território ou, como dizia Milton Santos, o “chão mais identidade”.<sup>15</sup>

[14] O discurso consta no memorial do projeto, na revista *Acrópole* 361, 1970 — além do texto de proposta de exposição — e na mídia não especializada: “Humanismo vence concurso de Osaca”, *Folha da Tarde*, 18 abril, 1969; “Escolhido projeto paulista: busca do sentido humano”, *O Estado de S. Paulo*, 18 abril, 1969.

[15] Lugar onde “se realizam todas as paixões, poderes, forças e fraquezas” (Santos, 2006). Essa leitura estaria em consonância com questões colocadas por Félix Guattari (1986), sobre território e desterritorialização, espaços lisos e rugosos. Vale destacar que o deslocamento do planejamento totalizante para abordagens participativas não foi feito sem contradições e problemas, como vem defendendo a professora Nilce Aravecchia em eventos recentes (colóquio “O planejamento Territorial no Brasil na década de 1970”, 2023; simpósio “Paisagem e poder: construções do Brasil na ditadura”, 2024).

No contexto de altos investimentos no setor da construção civil e de expansão do planejamento urbano e regional, foram frequentes as trajetórias pessoais, profissionais e políticas que apresentaram as contradições e as ambivalências inerentes àquele período de ditadura, mas também os limites dos campos disciplinares, em especial o da arquitetura. Um caso bastante comentado na bibliografia especializada é o do arquiteto paulista Rodrigo Lefèvre: trata-se de um caso exemplar, pois envolveu militância armada, prisão e, em seguida, reinserção no mercado de trabalho por intermédio da Hidroservice, uma grande empresa de engenharia consultiva. Essa ambivalência, não só no exemplo singular de Lefèvre, permeava as redes de atores políticos das classes médias urbanas e foi recorrente em diversas profissões, com ocorrências variadas de atuação no setor público, como na Embrafilme ou no Conselho Federal de Cultura, no qual o arquiteto paisagista Roberto Burle Marx atuou ao lado de nomes como Gilberto Freyre e Raymundo Faoro (Nordenson, 2018; Maya, 2012). A ideia de “acomodação” dos profissionais nas estruturas do Estado ou do mercado durante os anos de chumbo — muitas vezes em condições precárias e tensas, com pessoas em situação de clandestinidade ou exiladas — foi trabalhada por Rodrigo Patto Sá Motta (2016), com foco sobretudo nas universidades, mas apresentando chaves de compreensão importantes para o campo da arquitetura.

A atuação no setor público, seja como técnicos de carreira, seja como contratados para projetos pontuais, era uma opção recorrente de profissionais que militavam ou estavam na órbita dos movimentos de esquerda. No caso de São Paulo, a Empresa Municipal de Urbanização (Emurb) — criada em 1972 em resposta à cadeia de financiamentos do BNH — tinha como foco a renovação de grandes áreas no entorno do metrô e, conseqüentemente, sua valorização, esperando que os investimentos da prefeitura tivessem retorno — na época, a prefeitura de São Paulo era a responsável pelo transporte metropolitano sobre trilhos (Heck, 2005; Anelli, 2007).<sup>16</sup>

Nesse contexto, arquitetos despontaram como secretários de governo. Jorge Wilhelm, que trabalhou com inúmeros projetos de edificações, mas também com uma vasta gama de planos diretores, foi convidado pelo governador Paulo Egydio Martins para ser seu secretário de Planejamento, gerando desconfiança em economistas, empresários e engenheiros de seu entorno. Dessa forma, o governador reafirmava a competência e o perfil decisivo de um arquiteto para planejar e pensar as ações de sua administração de modo espacializado no território.<sup>17</sup> Foi o caso também de Roberto Cerqueira César, que foi secretário de Negócios Metropolitanos do governo Paulo

[16] O sentido de renovação urbana atrelado a formas de desterritorialização pode ser visto em diversas cidades nesse período, como resultado também do encontro entre planos urbanos e especulação imobiliária. A remoção de palafitas em áreas de cidades como Salvador e Manaus, implicou ora um ensejo para a discussão de planos com grande participação de arquitetos, ora uma forma de periferização induzida (Simões, 2022).

[17] Depoimentos do governador (Martins, 2007).

[18] Ministério da Justiça, Arquivo Nacional, Documento do SNI, DPN PES 801, pp. 142-68.

[19] O tema da racionalização da construção é essencial nas disputas entre modelos de desenvolvimento, evidenciadas nas opções do regime militar e das empreiteiras, mas mereceria ser desenvolvido em outro artigo. Sobre os casos mencionados, ver Sérgio Ekerman (2018), Cássia Buitoni (2009), Juliana Silva Ramos e Guilah Naslavsky (2020).

[20] Coleção Vilanova Artigas, Correspondência, Seção de Materiais Iconográficos da FAU/USP.

Egydio. Wilhelm, embora não fosse um militante de esquerda, não ficou livre da perseguição interna dos órgãos de repressão, que insistiam na tese de seu caráter “subversivo”.<sup>18</sup>

Seja na carreira pública, seja nas grandes empresas de engenharia, alguns profissionais encontraram brechas para dar continuidade às investigações sobre a racionalização dos processos construtivos, como parte da aposta em um outro modelo de desenvolvimento nacional. Foi o caso, entre muitos outros, de Mayumi Watanabe em São Paulo, Armando Holanda no Recife e João Filgueiras Lima em Brasília e Salvador.<sup>19</sup>

Num dos casos mais emblemáticos da aparente contradição de arquitetos de esquerda — fato conhecido, mas muito pouco estudado — Vilanova Artigas chegou a projetar em 1971 um quartel: trata-se do Quartel da Guarda Territorial do Amapá, localizado em Macapá. Artigas era membro distinto do PCB e sofreu uma série de arbitrariedades do regime, sendo preso, exilado e afastado algumas vezes da universidade. Foi aposentado compulsoriamente entre 1969 e 1979, mas foi nesse período que seu escritório teve o maior número de contratos públicos (Cunha, 2009). Isso revela que o regime reprimia e tirava de circulação atores por determinadas funções que exerciam, mas também os incorporava aos seus quadros, caso desempenhassem funções técnicas e pudessem contribuir para a imagem de modernização desejada.

O projeto para o quartel em Macapá, portanto, não foi uma encomenda isolada e parecia motivar o arquiteto a levar adiante seus estudos para outros contratos: duas escolas, um museu, um centro de esportes e um hospital. Desse conjunto, foram construídas, além do quartel, apenas uma escola e a sede da Secretaria de Segurança Pública do Amapá. A correspondência enviada ao arquiteto pelos militares responsáveis pelos contratos mostra o ânimo e a admiração que nutriam por suas linhas “sóbrias e ultramodernas”.<sup>20</sup> O projeto do quartel estava inserido no escopo da ocupação territorial e tinha papel relevante enquanto posto responsável por uma região de fronteira (Próspero, 2024a).

Os quartéis do II Exército, localizados na região do Parque do Ibirapuera, em São Paulo, são um caso emblemático: o projeto foi desenvolvido em 1965 por uma equipe liderada pelos arquitetos Paulo Bastos e Leo Bomfim Jr., ambos do PCB. Em 1968, o edifício recém-inaugurado sofreu um ataque da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR); as tensões e contradições da construção levaram o Exército a murar o conjunto, contrariando os arquitetos, que pretendiam “humanizar” os quartéis por meio da arquitetura e tratavam o Exército como uma instituição perene, a despeito do conflito político que se vivia naquele momento (Bastos, 1968). Esse episódio é relevante

para pensarmos sobre as escolhas e diretrizes do PCB em face do regime e das estratégias dos grupos de luta armada.

Após a escolha do projeto, em concurso organizado pelo IAB-SP e pelo Ministério da Guerra, o então ministro Costa e Silva celebrou a equipe de comunistas e chamou-os de “novos Niemeyer”.<sup>21</sup> É evidente a relevância da arquitetura para a representação simbólica de um regime que buscava se mostrar modernizante e “democrático” naquela segunda metade dos anos 1960, ainda que os técnicos disponíveis pudessem ser alvos diretos de suas arbitrariedades. Não por ironia do destino, um ano depois da inauguração do Quartel do II Exército, nascia ali a Operação Bandeirante (Oban), responsável pela prisão de Bastos, Bomfim Jr. e vários de seus colegas (Próspero, 2024b).

Mas é claro que o caso mais conhecido e ilustrativo é o de Oscar Niemeyer. O arquiteto dos símbolos do país e do Estado, membro reconhecido do PCB, costumava separar arquitetura e posição política, diferentemente de Artigas. Niemeyer projetou, entre 1968 e 1973, o Quartel (ou Palácio) do Exército em Brasília, atendendo à demanda militar de um edifício sóbrio, austero, marcado pela hierarquia, definido por um ritmo disciplinado e com elementos monumentais como marco do poder na paisagem (Campos, 2020). No mesmo período, logo após dar início ao projeto, o arquiteto carioca se auto-exilou e trabalhou em um grande número de projetos internacionais, entre eles a sede do Partido Comunista Francês (Grossman, 2024).

Menos contraditória, porém muito eloquente, a colaboração estreita e assumida do arquiteto Sérgio Bernardes com o regime é notória. Nesse caso, de modo explícito, o arquiteto apostou na proximidade com os militares, sobretudo com a Escola Superior de Guerra, como forma de apresentar grandes planos para o país, com o planejamento total do território, das bacias hidrográficas, dos modos de produção e das cidades do futuro. Tais investidas foram acompanhadas de projetos que Bernardes realizou efetivamente para o regime nos anos 1970, como o Monumento ao Pavilhão Nacional, na Praça dos Três Poderes, em Brasília, o Mausoléu Castello Branco, ao lado do Palácio da Abolição, em Fortaleza, e, especialmente, a sede da Escola Superior de Guerra, em Brasília, cuja construção foi interrompida e está simbolicamente em ruínas até os dias de hoje (Felicetti, 2020).

Cabe lembrar ainda que a relação entre a produção arquitetônica e a reprodução do regime se deu não somente por meio de contratos públicos, projetos de infraestrutura ou encomendas de planejamento, mas também pelo grande número de projetos para o mercado. Sobretudo em meados da década de 1970, quando houve a desaceleração do “milagre econômico”, os procedimentos de formalização arquitetônica em concreto armado aparente, vistos especialmente

[21] Documento audiovisual do acervo dos Diários Associados, sob a guarda do Arquivo Público do Estado de São Paulo e também em registros da Cinemateca Brasileira.



em edifícios públicos e, mais raramente, em prédios privados (como casas e clubes), passaram a ocupar novos eixos de verticalização corporativa e delinear características comuns nas pequenas agências bancárias que se espalharam pelo país, como resultado da ampliação do acesso ao crédito e o crescente protagonismo das instituições financeiras (Singer, 2014; Bresser-Pereira, 2016).

#### ARQUITETURAS DA MEMÓRIA SOCIAL DO REGIME

O caso do Pavilhão do Brasil em Osaka pode ser usado como exemplo de um momento de sobreposição ou ponto de contato entre as referências da esquerda arquitetônica e do regime militar. Além de compartilhar visões de ocupação do território e do primado da técnica — mas também a ideia de harmonia social e racial, que não temos espaço para desenvolver aqui —, esse caso é emblemático por se tratar de um projeto canônico para a cultura disciplinar da arquitetura brasileira do período. Os procedimentos do projeto — em diálogo direto com outro cânone disciplinar, o edifício da FAU-USP, projetado por Vilanova Artigas em 1961 e construído sobretudo durante a ditadura — e a relação entre ética e estética ali mobilizada foram resultado de anos de sedimentação de práticas discursivas no campo arquitetônico, de um debate a respeito da politização das formas construídas que engajou arquitetos de diferentes regiões do país e, nesse caso específico, comunistas influentes, como Niemeyer e Artigas.<sup>22</sup> A expressividade do concreto armado, a associação entre formas geométricas, tensões estruturais e funcionalidade dos espaços construídos, a materialidade e a tectônica resultantes do trabalho no canteiro de obras, aparente ou não no resultado final da obra, eram elementos de um debate candente sobre a carga política da forma arquitetônica e da prática profissional em meio a um intenso desenvolvimento das forças produtivas do país.

Conforme mencionamos, se esse debate teve momentos importantes de sedimentação antes e depois da inauguração de Brasília, no início dos anos 1960, dobrou-se a aposta na combinação de expressividade, forma plástica, desenvolvimento industrial, reforma política e educação emancipatória, mas também na relação entre a modernização de modo geral e os avanços democráticos.<sup>23</sup> A ruptura com as expectativas representada pelo golpe civil-militar de 1964 cortou radicalmente o conteúdo democrático esperado para as formas construídas; no entanto, a reprodução e mesmo a multiplicação dessas formas tornaram nítida a ambivalência constituinte da arquitetura em si mesma enquanto disciplina.<sup>24</sup> Os grandes vãos desenhados pela esquerda arquitetônica passaram a dar forma à modernização conservadora autoritária que conduziu o país por 21 anos. Sem que

[22] Em fins dos anos 1950, ambos dialogam através de depoimentos públicos nesse sentido. Ver Alberto Xavier (2003).

[23] Vale lembrar que Brasília foi palco do momento mais intenso de apostas nas possibilidades da arquitetura aliada ao planejamento estatal e à transformação social, por intermédio dos escritórios de projeto e planejamento e, sobretudo, das experimentações e reflexões que tiveram lugar na recém-criada UnB, no início dos anos 1960, do Ceplan e de suas experiências de pré-fabricação. Ali, talvez, foi onde o conflito entre universidade e ditadura ficou mais explícito, no episódio da demissão voluntária de um conjunto expressivo de professores em protesto contra as intervenções autoritárias e a violência do regime que se estabelecia. Ver Maribel Fuentes (2017).

[24] Tal processo foi reconhecido já na época por Sérgio Ferro (2006) e Roberto Schwarz (2009), mas, a essas análises feitas no calor do momento, faltavam ainda camadas de nuances — que são possíveis somente com certo distanciamento histórico e que procuramos apontar ao longo deste artigo em referência às diversas frentes de atuação e contração do campo da arquitetura.

isso implicasse exatamente uma contradição, as realizações daquele tipo de construção foram impulsionadas e passaram a constituir parte importante da própria reprodução do regime, concretizando as variadas demandas da construção de infraestruturas conforme comentamos aqui.

Um fator relevante a ser considerado nas análises sobre a produção arquitetônica daquele período é, por outro lado, como o período da ditadura militar foi tratado pela historiografia especializada e pela memória social compartilhada no campo profissional. Talvez por se tratar de uma disciplina com forte tradição de valorização da autoria, o enfrentamento da inserção da arquitetura no complexo contexto político-econômico da ditadura tenha sido evitado, especialmente em trabalhos monográficos sobre trajetórias individuais de arquitetos que tratam o regime como simples pano de fundo, resumido a “anos de chumbo” ou anos de “efervescência cultural”, sem que a arquitetura produzida na época seja de fato investigada como parte constituinte da reprodução de engrenagens fundamentais para o regime de então.<sup>25</sup> Outra via comum é a rememoração da ditadura — sobretudo nos depoimentos e narrativas de arquitetos do período<sup>26</sup> — enquanto momento de interrupção brusca e interdição da produção dos arquitetos progressistas, uma abordagem que não corresponde exatamente aos fatos para o campo de modo geral, tendo em vista o grande número de encomendas da vasta maioria dos arquitetos atuantes no período. Outra narrativa que ganhou peso com o passar das décadas foi a que dividiu o campo profissional entre aqueles que resistiram e aqueles que colaboraram com o regime,<sup>27</sup> dicotomia improcedente, se levarmos em conta a ambivalência e as condições impostas pela conjuntura daquele momento, que procuramos abordar aqui.

Tais construções parecem ser, na verdade, desdobramentos da memória social organizada pelos próprios atores da época, com a complexidade e as contradições inerentes à reconstituição de memórias difíceis e — deve-se levar em conta — também da dificuldade de tratar de tais momentos diante dos julgamentos do presente sobre as posições do período. Devemos considerar ainda que o campo profissional da arquitetura e do urbanismo estava inevitavelmente ligado ao Estado e ao capital, a despeito das posições políticas dos arquitetos, para não falar da relação inerente entre as formas de legitimação no campo, segundo as “regras liberais da arte”, e a construção de “ilusões biográficas” como parte desse processo (Bourdieu, 1986). Nesse sentido, inevitavelmente formas de esquecimento são instrumentalizadas na construção de memórias menos contraditórias ou imersas na complexidade de períodos como uma ditadura, tema amplamente discutido no campo da história social e política

[25] A referência ao regime como pano de fundo pode ser vista em livros monográficos sobre a trajetória profissional de arquitetos como Dêcio Tozzi, Siegbert Zanettini, Fábio Penteado, entre outros.

[26] Ver depoimentos gravados pelo IAB-SP em 2001, ou o ciclo de debates realizados em 1979 “Arquitetura e Desenvolvimento Nacional”, publicado pelo mesmo instituto, mas também entrevistas de arquitetos atuantes no período publicadas na revista *Projeto*, e, para citar um caso específico, o depoimento de Pedro Paulo de Mello Saraiva para publicação sobre o “Corredor das Humanas”, Gfau, FAU-USP, 2009. Neste ponto a respeito da memória social, uma apreciação do campo profissional para além de São Paulo, em escala nacional, mereceria pesquisa mais ampla. É possível notar um funcionamento próximo ao mencionado aqui em depoimentos de arquitetos de regiões variadas nos Inquéritos Nacionais de Arquitetura, feitos pelo IAB-DN nos anos 1980, momento inicial de construção de uma memória sobre o regime que se encerrava.

[27] Tal oposição é sugerida, de certa forma, no importante trabalho de Pedro Arantes (2004) sobre a Arquitetura Nova, que contrasta as posições do grupo com aquelas de Artigas e suas apostas no desenvolvimento das forças produtivas e na continuidade de seus projetos, a despeito do caráter do regime. A abordagem parece ser um desdobramento da memória construída no calor da época pelos profissionais abordados. Para além da leitura do próprio Sérgio Ferro, falas de Rodrigo Lefèvre e Mayumi Watanabe à época foram eloquentes sobre a produção dessa oposição, embora na virada para os anos 1970 ambos tenham passado por uma mudança de rota em função da própria condição limitrofe da prisão e posterior reinserção no mercado de trabalho. “Então, se de um lado ainda havia arquitetos que ficavam discutindo forma com o aluno, para nós parecia algo absolutamente impossível de ficar fazendo. Eu não podia ficar discutindo a casa do burguês, dizendo se o concreto vai ser aparente ou não, quando se tinha aquela situação no país”, afirmou Watanabe, indicando a necessidade de pensar uma atuação crítica na experiência pedagógica do novo curso de arquitetura criado em

Santos na virada da década (Buitoni, 2009, p. 30). Sobre a oposição estrita entre resistência e colaboração por intermédio do projeto, Lefèvre disse o seguinte em entrevista a Renato de Andrade Maia: “Algumas pessoas começaram a ser dedadas, começaram a falar que existiam arquitetos que achavam que os mesmos não deviam trabalhar na prancheta e que não deviam produzir desenho. Não era nada disso, também. Simplesmente nós achávamos que talvez fosse importante, em certo momento, pensar um pouco e aprender a pensar um pouco, antes de fazer alguma atividade profissional” (Koury, 2019).

por autores como Michel Pollak (1989), Daniel Aarão Reis (1997), Denise Rollemberg (2006) e Marcos Napolitano (2015; 2020).

Movimentos parecidos nas autonarrativas de categorias profissionais aconteceram na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), com suas complexidades e diferenças. Segundo Denise Rollemberg (2008), a OAB desempenhou um papel fundamental após o golpe civil-militar, compondo a base de apoio da ditadura, mas a partir de 1974, quando muda de posição, passa a construir uma autoimagem de “resistência democrática”. A construção e a readequação das leituras desse período pelos próprios personagens foram feitas em etapas, misturando-se com os diferentes momentos históricos que se seguiram e com as demandas políticas por eles colocadas: a Lei de Anistia, o processo de abertura e redemocratização, o caminho das memórias rumo a um consenso aparente e certo triunfo da memória liberal sobre o regime, a Comissão Nacional da Verdade e, posteriormente, a onda negacionista e a reabilitação da extrema direita, como bem demonstrou o historiador Marcos Napolitano (2020). Sobretudo para a reconstituição histórica dessas trajetórias, impõe-se um desafio aos pesquisadores que os coloca numa posição de “corda bamba” entre história e memória, em que devem respeitar e observar nuances, potências e limites de ambas.

## CONCLUSÃO

A história política e cultural do campo da arquitetura abre, portanto, reflexões relevantes sobre aspectos da modernização conservadora autoritária de 1964 a 1985, da construção de imagens da modernidade e seus usos por regimes autoritários, ou da insuficiência e dos limites das apostas na modernidade como um caminho necessariamente democrático, como já havia sido levantado por diversos autores ao longo do século XX, como Adorno e Horkheimer (1985) a respeito da dialética do Iluminismo.

Nesse sentido, a arquitetura enquanto categoria profissional e cultura disciplinar é objeto de grande interesse justamente por seu caráter híbrido, por compartilhar elementos de legitimação típicos de uma atividade técnica, mas também ser marcada de forma definidora por formas de legitimação de campos artísticos; por ter certa autonomia enquanto produção intelectual, mas também estar imersa em formas de construção social do gosto e da autoria reconhecida dentro e fora do campo e conformar-se também como espaço de práticas discursivas politizadas. Ao mesmo tempo, define-se eminentemente pelo diálogo direto com a produção material, relacionando-se de formas variadas com a divisão social do trabalho, com o canteiro de obras e com a economia política que orbita em torno e constitui a

própria encomenda da produção dessas edificações. Dessa forma, a relação entre arquitetura e poder político é inerente e determinante, seja em sua relação com o Estado, com o capital ou com os movimentos sociais.

O estudo da arquitetura e do urbanismo como via para compreender aspectos relevantes da própria construção do regime militar tem, portanto, muito a colaborar com o campo da história política, social e cultural. A análise das transformações radicais no ambiente construído das cidades brasileiras, da paisagem natural modificada em diversas regiões exploradas economicamente ou integradas nacionalmente a partir de planos e obras implacáveis, além da circulação de ideias de modernização e planejamento, apresentam potencial significativo não só na história desse campo profissional específico, mas certamente para pensarmos sobre o país de forma mais ampla. Da mesma forma, podem colaborar na compreensão de práticas discursivas variadas no campo da cultura e da produção artística, áreas que compartilharam expectativas de construção de novos mundos e apostaram na produção industrial e no desenvolvimento das forças produtivas do país, com imaginários políticos construídos e compartilhados ou estruturas de sentimento (Williams, 2011) que foram ilustradas, muitas vezes, por edificações em grandes vãos de concreto armado, ou seja, por aquilo que a cultura arquitetônica apresentou de melhor naquele momento, com suas contradições e limitações hoje evidentes.

---

VICTOR PRÓSPERO [<https://orcid.org/0000-0002-7558-2610>] é doutor em História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo. Atualmente é professor colaborador e pós-doutorando na Universidade de Princeton. Foi bolsista Fulbright na Universidade de Harvard. É co-editor dos livros *Arquitetura e escrita: relatos do ofício e IABSP 80 anos* e curador de diversas exposições entre outras *Paisagem e poder: construções do Brasil na ditadura* (2024).

---

Editora responsável: Renata Francisco.

---

Recebido para publicação  
em 19 de abril de 2024.

---

Aprovado para publicação  
em 1 de outubro de 2024.

#### NOVOS ESTUDOS

CEBRAP

130, set. – dez. 2024  
pp. 543-562

---

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aarão Reis, Daniel (org.). *Versões e ficções: o sequestro da história*. São Paulo: Perseu Abramo, 1997.
- Adorno, Theodor W.; Horkheimer, Max. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- Anelli, Renato. “Urbanização em rede. Os corredores de atividades múltiplas do PUB e os projetos de reurbanização da Emurb (1972-1982)”. *Arquitextos*, ano 8, n. 088.01, 2007.
- Arantes, Pedro Fiori. *Arquitetura nova: Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos mutirões*. São Paulo: Editora 34, 2004.
- Arruda, Antônio de. *ESG: história de sua doutrina*. São Paulo, Brasília: GRD, INL, MEC, 1980.

- Azevedo, Sérgio de; Andrade, Luís A. G. de. *Habitação e poder: da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional de Habitação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- Bastos, Maria Alice Junqueira; Zein, Ruth Verde. *Brasil: arquiteturas após 1950*. São Paulo: Perspectiva, 2010.
- Bastos, Paulo. “Depoimento”. *Acrópole*, n. 351, 1968.
- Berstein, Serge. *Por uma cultura política*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- Bolaffi, Gabriel. “A casa das ilusões perdidas: aspectos socioeconômicos do Plano Nacional de Habitação”. *Caderno CEBRAP*, n. 27, 1977.
- Bonduki, Nabil; Koury, Ana Paula. “Das reformas de base ao BNH. As propostas do Seminário de Habitação e Reforma Urbana”. *Arquitextos*, ano 10, n. 120.02, 2010.
- Bourdieu, Pierre. “L’Illusion biographique”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, v. 62-63, 1986, pp. 69-72.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos. *A construção política do Brasil. Sociedade, economia e Estado desde a Independência*. São Paulo: Editora 34, 2016.
- Buitoni, Cássia Schroeder. *Mayumi Watanabe de Souza Lima: a construção do espaço para a educação*. Dissertação (mestrado em arquitetura e urbanismo). São Paulo: PPGAUFAP/USP, 2009.
- Camargo, Mônica Junqueira de. *Poéticas da razão e construção: conversa de paulista*. Tese (livre docência). São Paulo: FAP/USP, 2009.
- Campos, Bruno P.A. de. *Palácio do Exército: conjunto arquitetônico de Oscar Niemeyer para o Quartel General do Exército em Brasília (1968-1973)*. Dissertação (mestrado em arquitetura e urbanismo). Brasília: PPGAU/ Universidade de Brasília, 2020.
- Campos, Pedro. H. P. *Estranhas catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura*. Niterói: Eduff, 2011.
- Candido, Antonio. “Radicalismos”. *Instituto de Estudos Avançados*, v. 4, n. 8, 1990.
- Chiquito, Elisângela. *A Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí*. Tese (doutorado em arquitetura e urbanismo). São Carlos: PPGAU/USP, 2011.
- Costa, Juliana Braga. *Ver não é só ver: dois estudos a partir de Flavio Motta*. Dissertação (mestrado em arquitetura e urbanismo). São Paulo: PPGAU/USP, 2010.
- Cunha, Gabriel Rodrigues. *Uma análise da produção de Vilanova Artigas entre os anos de 1967 e 1976*. Tese (doutorado em arquitetura e urbanismo). São Carlos: PPGAU/USP, 2009.
- Dedecca, Paula Gorenstein. *Arquitetura e engajamento: o IAB, o debate profissional e suas arenas transnacionais (1920-1970)*. Tese (doutorado em arquitetura e urbanismo). São Paulo: PPGAUFAP/USP, 2018.
- Dreifuss, René A. 1964: *a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- Durand, José Garcia. *A profissão do arquiteto (estudo sociológico)*. Dissertação (mestrado em sociologia). São Paulo: FFLCH/USP, 1972.
- Ekerman, Sérgio. *Tecnologia e transformação: pré-fabricação para reestruturação de bairros populares e assistência técnica à construção*. Tese (doutorado em arquitetura e urbanismo). Salvador: PPGAU/UFBA, 2018.
- Feldman, Sarah. “O Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (Serfha) e a reconfiguração do campo profissional do urbanista”. In: Leme, Maria Cristina (org.). *Urbanismo e política no Brasil dos anos 1960*. São Paulo: Annablume, 2019, pp. 99-128.
- Felicetti, Marcelo. “Do milagre à maldição: Sergio Bernardes e quatro projetos em Brasília na Ditadura Militar (1968-1974)”. In: Muller, Luis; Schmidt, Claudia (orgs.). *Arquiteturas de Estado: empresas, obras e infraestruturas (1955-1975), casos y debates en Sudamérica*. Santa Fé: Ed. UNL, 2020.



- Ferro, Sérgio. "Arquitetura Nova". In: *Arquitetura e trabalho livre*. São Paulo: Cosac Naify, 2006.
- Fix, Mariana de A. B. *Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil*. Tese (doutorado em economia). Campinas: PPGDE/Unicamp, 2011.
- Florence, Luiz R. A. *Arquitetura e utopia: infraestrutura rodoviária em São Paulo (1952-1972)*. Tese (doutorado em arquitetura e urbanismo). São Paulo: PPGAU/USP, 2021.
- Fuentes, Maribel de C. A. *Os primeiros mestrados da FAU-UnB: de um passado que não se construiu*. Brasília: Ed. UnB, 2017.
- Germani, Guiomar I. *Expropriados. Terra e Água: o conflito de Itaipu*. Salvador: Ed. Ulbra, 2003.
- Gonçalves, Eliezer. *De assombros e de sonhos. Lugares no tempo presente para a convergência e divergência militar-civil ao discurso de um "Brasil Grande" na Amazônia Paraense (1970-1974)*. Dissertação (mestrado em história). Belém: PPGHIST/UFPA, 2016.
- Gorelik, Adrián. *Das vanguardas a Brasília: cultura urbana e arquitetura na América Latina*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.
- Grossman, Vanessa. *A Concrete Alliance: Communism and Moderns Architecture in Postwar France*. New Haven, Yale, 2024.
- Guattari, Félix. "Espaço e poder". *Espaços & Debates*, n. 16, 1986.
- Heck, Eneida R. B. G. *A Emurb como instrumento de planejamento urbano em São Paulo (1971-2001)*. Dissertação (mestrado em estruturas ambientais urbanas). São Paulo: PPGAU/USP, 2005.
- Imbroni, Maria Isabel. *Três edifícios de habitação para a Formaespaço: modulares, gemini e protótipo*. Dissertação (mestrado em estruturas ambientais urbanas). São Paulo: PPGAU/USP, 2003.
- Koury, Ana Paula. *Arquitetura moderna brasileira: uma crise em desenvolvimento: textos de Rodrigo Lefèvre (1963-1981)*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2019.
- Leite, Vera França. *Caminhos que levam à cidade: o protagonismo do IAB na política urbana*. Rio de Janeiro: RioBooks, 2020.
- Leme, Maria Cristina (org.). *Urbanismo e política no Brasil dos anos 1960*. São Paulo: Annablume, 2019.
- Lucchese, Maria Cecília; Rossetto, Rossella. "A política urbana no governo militar (1964-1985)". In: Bonduki, Nabil (org.). *A luta pela reforma urbana no Brasil: do Seminário de Habitação e Reforma Urbana ao Plano Diretor de São Paulo*. São Paulo: Instituto Casa da Cidade, 2018, pp. 35-81.
- Maricato, Ermínia. *Política habitacional no regime militar: do milagre brasileiro à crise econômica*. São Paulo: Vozes, 1987.
- Martins, Paulo Egydio. *Paulo Egydio conta: depoimento ao CPDOC-FGV*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2007.
- Maya, Tatyana de Amaral. *Os cardeais da cultura nacional: o Conselho Federal de Cultura na ditadura civil-militar (1967-1975)*. São Paulo: Itaú Cultural/Iluminuras, 2012.
- Motta, Rodrigo Patto Sá. "A estratégia de acomodação na ditadura brasileira e a influência da cultura política". *Páginas: Revista Digital de la Escuela de Historia*, v. 8, n. 17, 2016.
- Napolitano, Marcos. "Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro". *Antíteses*, v. 8, n. 15, 2015, pp. 9-44.
- Napolitano, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2018.

- Napolitano, Marcos. “Desafios para a história nas encruzilhadas da memória: entre traumas e tabus”. *História: Questões & Debates*, v. 68, n. 1, 2020, pp. 18-56.
- Negrelos, Eulalia Portela. *Estado, planejamento e habitação no Brasil entre as décadas de 1960 e 1980: a forma urbana conjunto habitacional no quadro da crítica ao movimento moderno*. Tese (livre docência). São Carlos: IAU/USP, 2019.
- Nordenson, Catherine S. *Depositions: Roberto Burle Marx and Public Landscapes under Dictatorship*. Austin: Austin University Press, 2018.
- Pollak, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, 1989.
- Próspero, Victor P. *Arquitetura paulista e ditadura militar (1964-1985)*. Tese (doutorado em história e fundamentos da arquitetura e do urbanismo). São Paulo: PPAU/USP, 2024a.
- Próspero, Victor P. “Modern Architecture for the Brazilian Dictatorship: Ambivalences in the São Paulo Military Headquarters, Ibirapuera Park (1965)”. *Arquitecturas del Sur*, v. 42, n. 66, 2024b, pp. 42-59.
- Pulhez, Magaly Marques. *O arranjo gerencial: Estado, empresas de engenharia e arquitetos nos cotidianos de gestão da política habitacional em São Paulo*. Tese (doutorado em teoria e história da arquitetura e do urbanismo). São Carlos: PPGAU/USP, 2014.
- Ramos, Juliana Silva Ramos; Naslavsky, Guilah. “Construindo com pouco no Nordeste brasileiro. Conexões Armando Holanda — Aldo van Eyck”. *Arquitextos*, ano 21, n. 245.02, 2020.
- Rollemberg, Denise. “O esquecimento das memórias”. In: Martins Filho, João Roberto (org.). *O golpe de 1964 e o regime militar*. São Carlos: Ed. UFSCar, 2006, pp. 81-91.
- Rollemberg, Denise. “Memória, opinião e cultura política. A Ordem dos Advogados do Brasil sob a ditadura (1964-1974)”. In: Aarão Reis, Daniel; Rolland, Denis (orgs.). *Modernidades Alternativas*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2008, pp. 57-96.
- Royer, Luciana E. *Financeirização da política habitacional: limites e perspectivas*. Tese (doutorado em habitat). São Paulo: PPGAU/USP, 2009.
- Santos, Milton. *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- Schwarz, Roberto. “Cultura e política (1964-1969)”. In: *Cultura e política*. São Paulo: Paz e Terra, 2009.
- Segawa, Hugo. *Arquiteturas no Brasil (1900-1990)*. São Paulo: Edusp, 1998.
- Serran, João Ricardo. *O IAB e a política habitacional (1954-1975)*. Rio de Janeiro: Schema, 1976.
- Simões, Isabella de B. S. *Habitação popular na área central de Manaus: processos de territorialização e de desterritorialização nas palafitas e flutuantes*. Dissertação (mestrado). São Paulo: FAU/USP, 2022.
- Singer, Paul. “O processo econômico”. In: Aarão Reis, Daniel (org.). *Modernização, ditadura e democracia (1964-2010)*. Rio de Janeiro: Objetiva, col. História do Brasil Nação: 1808-2010, v. 5, 2014, pp. 183-232.
- Somekh, Nadia. *A (des)verticalização de São Paulo*. Dissertação (mestrado em arquitetura e urbanismo). São Paulo: PPGAU/USP, 1987.
- Quintanilha, Rogério. *As cidades que criamos: arquitetura de cidades novas a partir da experiência de Caraíba de Joaquim Guedes*. Tese (doutorado em história e fundamentos da arquitetura e do urbanismo). São Paulo: PPGAU/USP, 2016.

- Tavares, Paulo. "Modern Frontiers: Beyond Brasília, the Amazon". In: Real, Patrício del; Gyger, Helen (orgs.). *Latin American Modern Architectures: Ambiguous Territories*. New York: Routledge, 2012, pp. 191-212.
- Vianna, Mônica Peixoto. *Da edificação ao traçado urbano: a experiência de planejamento regional integrado da Cesp*. Tese (doutorado em teoria e história da arquitetura e do urbanismo). São Carlos: PPGAU/USP, 2012.
- Viegas, Danielle H. "Território, ditadura e desenvolvimento: perspectivas históricas sobre os programas de regionalização no Brasil". *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 22, 2020.
- Vilariño, Maria do Carmo. *Habitação verticalizada na cidade de São Paulo dos anos 30 aos anos 80: investigação acerca da contribuição dos arquitetos modernos ao tema. Estudos de casos*. Dissertação (mestrado em estruturas ambientais urbanas). São Paulo: PPGAU/USP, 2000.
- Williams, Raymond. *Cultura e materialismo*. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.
- Wisnik, Guilherme. "Being Public in Private Spaces and Vice-Versa: Brazilian Art and Architecture in the Late 1960s". In: Universidad Politécnica de Madrid (org.). IV International Conference on Architectural. *Critic All*, 2021, pp. 625-33.
- Xavier, Alberto (org.). *Depoimento de uma geração: arquitetura moderna brasileira*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.



